

## REFLEXOS SOCIAIS DO AVANÇO DO AGRONEGOCIO NO VALE DO AÇU.

Melissa Sabrina Barbalho da Silva; Albeysa Carla Gonçalves Pinheiro; Zilfran Varela Fontenele.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte- IFRN,

[sabrinabarbalho1@hotmail.com](mailto:sabrinabarbalho1@hotmail.com);

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte- IFRN, [albeysacarla@gmail.com](mailto:albeysacarla@gmail.com);

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte- IFRN, [zilfra@hotmail.com](mailto:zilfra@hotmail.com).

**Resumo:** Este trabalho resulta de uma pesquisa realizada no IFRN Campus Ipanguaçu, tendo como objetivo compreender a realidade social, econômica e cultural dos médios e pequenos agricultores que foram impossibilitados de permanecerem em suas terras tendo que se desfazer das mesmas através da venda, muitas dessas compras foram feitas pelas grandes empresas que se instalavam no Vale do Açu, principalmente na região de Ipanguaçu. A expansão do agronegócio foi mais intensificada após a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves e a perenização do rio Piranhas – Açu. O aumento da concentração fundiária trouxe benefícios e malefícios para as cidades, provocando grandes mudanças sociais, culturais e principalmente econômicas. Além deste trabalho servir para entender nossa realidade, também tivemos como objetivo incentivar a pesquisa histórica regional e local a partir da junção de aluno e professor no campus Ipanguaçu, tendo como foco dar voz aos pequenos agricultores que foram expropriados e por fatores políticos e/ou sociais passaram despercebidos e esquecidos. Como metodologia adotamos uma abordagem qualitativa, utilizamos pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e entrevistas semiestruturadas, cuja análise nos permite observar e compreender as consequências do avanço do agronegócio na região para os atores sociais locais, permitindo ainda que o produto dessas sejam utilizados como instrumento de uma educação voltada à análise de sua própria realidade em que os alunos estão inseridos, estimulando o conhecimento e o senso crítico a respeito das condições locais em que estão inseridos, além de contribuir com a produção historiográfica da História local e Regional.

**Palavras-chave:** Agronegócio, Latifúndio, Agricultura Familiar.

### INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XX, intensas transformações no mundo ocidental em geral naturalmente se refletiram no Brasil, e acabaram por influenciar políticas governamentais de forte impacto para todo o país. Neste sentido, foram introduzidas modificações na economia nacional, voltadas para uma mais eficiente inserção do país na dinâmica econômica mundial, especialmente durante o Período Militar (1964-1985).

Entre estas medidas, os Governos Militares incentivaram a implantação efetiva ou ampliação de um modelo de agricultura na região Nordeste conhecida como “Revolução Verde”. Segundo Albano (2005), esta Revolução Verde teve início na década de 1950, em um movimento que seguiu tendências internacionais estabelecidas como desdobramento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e se caracterizou pelo o uso de novas práticas

agrícolas, responsável por profundas mudanças na produção agropecuária, com destaque para o processo de modernização da produção, através de uma intensa mecanização, ampla utilização de defensivos químicos e desenvolvimento de técnicas mais eficientes de produção.

As transformações econômicas e produtivas deste período visavam fortalecer o modelo de produção capitalista, que disputava naquele momento a hegemonia do mundo com o modelo socialista. É importante salientar que essas práticas amplamente difundidas em geral se apresentavam como extremamente prejudiciais para o meio ambiente, não respeitando o equilíbrio ecológico e trazendo sérios prejuízos e danos, tanto para o meio ambiente quanto para a saúde das pessoas, especialmente pela utilização de produtos químicos como adubos, defensivos e controladores de pragas.

Diversas empresas ligadas à produção agrícola em larga escala, especialmente originárias e sediadas em países desenvolvidos, se tornaram grandes corporações e ampliaram suas áreas cultivadas em países subdesenvolvidos. Foram adotadas e incentivadas ainda, em escala global, a prática da monocultura, uso de novas tecnologias e de maquinário pesado, sem preocupação com a desestabilização dos sistemas do solo e da água.

Em países subdesenvolvidos como o Brasil, o Estado assumiu a função de criar condições para favorecer a implantação e atrair empresas multinacionais ligadas ao agronegócio. Estas práticas foram incentivadas pelo Banco Mundial, que forneceu créditos e capitais abundantes ao Estado Brasileiro, que os utilizou não só para financiar internamente a compra de tratores e outros bens de capital produzidos pelas empresas multinacionais, mas também para incentivar a produção e o beneficiamento de produtos primários ampliando a exportação de produtos como óleos vegetais, soja, carnes de aves e bovinos, sucos e frutas (MAZZALI, 2000).

Foi exatamente neste contexto de “modernização”, implementado pelos governos militares (1964-1985), especialmente através do II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, na segunda metade da década de 1970, que foi iniciada a construção da Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, que fazia parte do Projeto Baixo – Açú, inaugurada em 1983. Esta e outras políticas públicas do período foram direcionadas para viabilizar a implantação da chamada “Revolução Verde” na região Nordeste, ou seja, o processo de Modernização da Agricultura no Nordeste, especialmente no vale do Açú. (ALBANO, 2005).

A inauguração da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves (1983) foi percussora de um novo modelo de produção na microrregião Açúense. A possibilidade de abundância de água

fez com que muitas empresas viessem a se fixar no vale, tanto nacionais, como multinacionais. As terras que recebiam água da barragem, especialmente nas zonas rurais dos municípios de Assu, Itajá, São Rafael, Ipanguaçu e Carnaubais, passaram a ser valorizadas, não somente graças ao potencial de irrigação, mas também da fertilidade de sua terra de várzea e a sua localização, entre os polos de Natal e Fortaleza, favorecendo o comércio com as grandes cidades e a exportação. (ALBANO, 2005).

A inauguração da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves (1983), sendo foi percussora de um novo modelo de produção na microrregião Açuense. A possibilidade de abundância de água fez com que muitas empresas viessem a se fixar no vale, tanto nacionais, como multinacionais. As terras que recebiam água da barragem, especialmente as zonas rurais dos municípios de Assu, Itajá, São Rafael, Ipanguaçu e Carnaubais, passaram a ser valorizadas, não somente graças ao potencial de irrigação, mas também da fertilidade de sua terra de várzea e a sua localização, entre os polos de Natal e Fortaleza, favorecendo o comércio com as grandes cidades e a exportação.

A partir desse momento é que, dar-se-á a difusão progressiva da agricultura moderna na subzona do Açu, concentrando-se, principalmente, nos municípios de Assu, Ipanguaçu e Carnaubais (SILVA, 1997, p. 27). Entre as empresas nacionais e multinacionais instaladas na região, podemos citar FINOBRASA, Itapetinga Agroindustrial e, na década de 1990, a francesa *Del Monte Fresh Produce*.

A implantação e as práticas destas empresas essas receberam total apoio por parte dos governos federal, estadual e municipais, sob a justificativa da modernização, progresso e geração de empregos, rendas e aumento na arrecadação de tributos. Estes incentivos não chegaram a pequenos e médios produtores e muito menos a camponeses e agricultores familiares locais.

Logo, instaurou-se uma grande pressão sobre estes pequenos e médios produtores, agricultores e camponeses. Sem estímulos ou apoios públicos, desvalorizados, desrespeitados e esquecidos pelos governantes, além de incapazes de fazer frente a alta competitividade das grandes empresas, muitos se viram obrigados a se desfazer de suas terras, muitas vezes por valores irrisórios, que não contemplavam as suas necessidades e não atingiam os reais valores que seriam justos para a negociação de terras na região.

Diante da realidade aqui exposta, esta pesquisa se volta para a construção de uma educação voltada para o conhecimento da realidade local a partir dos reflexos para populações locais, especialmente camponeses, agricultores familiares e pequenos e médios proprietários,

que sucumbindo ao avanço do agronegócio na região, se viram obrigados a se desfazer de suas terras e buscar uma nova forma de inserção na realidade local. Estas transformações se tornaram parte da realidade e do cotidiano da população do Vale do Açu, especialmente dos municípios de Assu, Ipanguaçu, São Rafael e Itajá. O campus Ipanguaçu do Instituto Federal do Rio Grande do Norte está presente nesta realidade e atende parte desta população que sente, direta ou indiretamente os efeitos da modernização agrícola da região.

Assim, esta pesquisa permite um ensino de História voltado à compreensão da realidade local a partir da visão de personagens que compõe a sociedade local e tradicionalmente emudecidos pela historiografia tradicional. Ao incentivar nos alunos o conhecimento da História Local, a escola adquire um papel de protagonizar o incentivo ao conhecimento e à inserção crítica dos alunos no meio em que vivem, dando significação aos conhecimentos debatidos nas salas de aula.

## **METODOLOGIA**

O início de nossa pesquisa passa por um levantamento de referências bibliográficas com foco no tema do avanço do agronegócio no Brasil, agricultura familiar e, em especial na microrregião do Vale do Assu e dos camponeses que aqui residem. Buscamos ainda referências ricas em informações sobre a História Local e Regional, em especial o avanço do agronegócio no Vale do Açu, bem como análises do que trouxe de benefícios e malefícios para a região.

O nosso objeto de pesquisa se reverte fundamentalmente do elemento humano, orientando-o a uma abordagem qualitativa para a interpretação dos dados em nossa pesquisa, pois é um estudo da "vida diária" (BRAGA, 1988), voltada para a visão de atores sociais que vivem a realidade pesquisada.

Em seguida, buscamos a identificação, através de pesquisa de campo na região, de pequenos e médios produtores, agricultores familiares e camponeses que se desfizeram de suas terras, ante o avanço do agronegócio na região. Afim de compreender a nova realidade em que se inseriram, adotamos o método de entrevista semiestruturada realizada por áudio como uma das fontes de pesquisa para elaboração dos relatos que usamos como subsídios para o nosso trabalho.

Podemos entender por entrevista semi-estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do

informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (TRIVIÑOS, 1984: p. 146).

Selecionamos, entre os diálogos dos entrevistados, os relatos de duas pessoas: “Seu Quió” e “Seu Severino”. O primeiro é ex-agricultor, que possuía um pequeno sítio na zona rural de Ipanguaçu, e ex-funcionário das empresas do agronegócio; o segundo é o atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores(as) Familiares do Município de Ipanguaçu/RN, de família de camponeses que possuíam terras na região, e também já foi funcionário de empresas agrícolas que atuam no Vale do Açu. Ambos vivenciaram parte do período de ingresso do agronegócio, ou seja, das mudanças sociais e econômicas que aconteceram na região do Vale do Açu. Tais entrevistas foram efetuadas no período entre 13 e 19 de dezembro de 2017.

As atividades de campo, conforme Laplantine (2004) e Minayo (1992), são cruciais para a realização da nossa pesquisa, pois segundo Herskovits (1963) tratar com o povo que vai se estudar, escutar as conversas, visitar as habitações, observar os rituais, entender os comportamentos do dia-dia, interrogar sobre as tradições locais, são questões necessárias para atingir uma visão em conjunto, e um conhecimento dos modos de vida de maneira direta. A pesquisa é caracterizada ainda por uma inclusão à realidade dos camponeses, afim de buscar uma melhor compreensão e construção histórica dos fatores que os levaram a vender suas terras, e assim a desistir de permanecer com suas práticas tradicionais e analisar para onde foram e de que forma passaram a viver.

O nosso objeto de pesquisa se reverte fundamentalmente do elemento humano, orientando-o a uma abordagem qualitativa para a interpretação dos dados em nossa pesquisa, pois é um estudo da "vida diária" (BRAGA, 1988). Assim, elaboramos uma análise qualitativa (MINAYO, 1992) do material produzindo, buscando estabelecer categorias de análise que nos permitam registrar e analisar a situação dessas pessoas após deixarem suas terras, suas condições e perspectivas de sobrevivência.

## **RESULTADOS E DISCURSÕES**

Com a chegada de grandes empresas ligadas ao agronegócio na microrregião do Vale do Açu, pequenos e médios produtores, agricultores familiares e camponeses passaram a sofrer com a pressão das empresas, especialmente as multinacionais, já que suas práticas

produtivas não lhes permitiam competir com o agronegócio. Segundo Shiva (2003), a produção dos agricultores tradicionais baseia-se no sistema de rotação de culturas, na diversidade de cereais e legumes. Já as empresas ligadas ao agronegócio que chegaram à região, seguindo o modelo da Revolução Verde, praticavam a monocultura, utilizando controle de pragas, insumos e fertilizantes químicos e sementes alteradas geneticamente, todos considerados altamente prejudiciais para o solo.

Constatamos, portanto que a construção da barragem de Açú e a posterior vinda de empresas agrícolas para o município trouxeram alterações substanciais para o mercado de terras da região, intensificando em muito a concentração fundiária, com a vinda das empresas agrícolas, e alterando a produção agrícola do município, com a emergência da fruticultura irrigada mais particularmente a da manga e da banana, e com a queda da produção dos produtos tradicionais que eram bastantes cultivados como a batata-doce. (ALBANO, 2008, p. 136).

Neste sentido, a francesa *Del Monte Fresh Produce*, pode ser considerada uma das mais evasivas, especialmente em questões culturais, econômicas, sociais e ambientais, pois desde a sua chegada, adotou um modelo produtivo totalmente diverso do tradicionalmente adotado na região pelos agricultores e produtores locais. Além disto, adotou formas de produção extremamente agressivas para a região e para o ambiente, demonstrando descuido e descompromisso com a região, deixando claro a inexistência de laços afetivos com a terra, que possuía importância estritamente econômica, e só lhe serviria enquanto lhe desse lucro.

O latifúndio voltado para o agronegócio e sua produção em larga escala ganhou, portanto, a atenção e o apoio dos poderes públicos. Já pequenos e médios produtores, agricultores familiares e camponeses foram deixados de lado, reforçando uma marca da questão agrária nacional, a qual é formada por uma desigualdade, tanto na obtenção de terra como no trabalho.

A pressão das grandes empresas, a falta de apoio e a incapacidade de concorrer com o agronegócio, obrigaram a grande maioria de pequenos e médios produtores, agricultores familiares e camponeses a se desfazer de suas terras, que foram incorporadas aos latifúndios. De acordo com “Seu Severino, a chegada das empresas só trouxe desgraça, porém encontramos algumas opiniões divergentes quanto a esse aspecto, como no caso de “Seu Quió”, que afirmou que a chegada principalmente da Del Monte foi muito vantajosa para a população no setor de empregos e comércio. “Seu Severino” completou dizendo que os trabalhadores eram vistos como mão de obra barata e até mesmo eram maltratados, citando como exemplo situações como de uso da tração humana para puxar carroças.

Diante da falta de igualdade entre pequenos e grandes produtores, a expropriação da vida no campo é uma imposição para muitos. Vale ainda salientar, que as condições favoráveis por esses fatores não se caracterizam por acontecimentos instantâneos ou imediatos, e sim por uma construção histórica do país e marcado pelo conservadorismo social e político conforme afirma Carvalho (2010).

A expropriação, aqui considerada como um desdobramento das situações postas, que levam pequenos e médios produtores, agricultores familiares e camponeses a se desfazer de suas terras. Na entrevista com o “Seu Severino”, ele afirmou que metade das terras que atualmente são da Finobrasa pertenciam a um homem chamado “Zé de Luizinho” e a outra parte a “Chico Feli”, o qual vendeu suas terras influenciado por familiares. Ainda de acordo com o entrevistado, os pequenos agricultores ficavam encantados com o dinheiro oferecido, acreditando que “nunca iriam ficar pobres, então dividiam o dinheiro com seus filhos. Hoje, os mesmo filhos e netos dos ex-proprietários trabalham para as empresas”. O presidente do sindicato afirmou também que hoje em dia, o “Chico Feli” mora em uma casa de “taipa”: “Chico Feli era bem-sucedido com terra fértil que plantava de janeiro a dezembro e tinha um rio passando na beirada dela, aí deixou de ser um fazendeiro grande pra ser um trabalhador rural quase mendigando”.

Identificamos um elemento contraditório nas falas do presidente do sindicato e do exagricultor acerca da geração de empregos por parte da chegada das grandes empresas de agronegócio na região. Segundo o primeiro, a promessa de empregos por parte das empresas se constituiu em uma dependência forçada das populações locais, que se restringem apenas a estas empresas como alternativa de trabalho, observando que muitas das vagas foram ou são ocupadas por pessoas “vindas de fora”. Já ‘Seu Quió’ afirma que as ofertas de emprego aumentaram e a chegada do agronegócio se constituiu em benefício para a região.

Descrever fatos ocorridos no domínio local é de grande importância para entender a realidade em que se vive, e transitar o conhecimento é primordial para o desenvolvimento de um pensamento crítico local e histórico, e cabe historiador transcrever os acontecimentos passados para despertar o interesse e a propagação do saber para toda a população.

Ao estimular o desenvolvimento de pesquisadores que iniciam as suas observações na região e municípios em que residem, a pesquisa abre a possibilidade de criar multiplicadores da História local e regional, favorecendo análises históricas e sócio antropológicas sobre a realidade econômica, social, cultural e os espaços de convívio.

A agricultura familiar em si e suas atividades, com evidência na forma de produção cuja convive a seca, fazem parte do patrimônio cultural da região Nordeste. Na maioria dos casos a agricultura familiar, opõe-se à utilização de tecnologias, que apesar de trazer benefício na produção, degradam muitas vezes o meio ambiente, tais tecnologias são utilizadas em grande escala pelas empresas de agronegócio. A atividade agrícola na nossa região, de forma geral não é fácil, apresentado inúmeros obstáculos para sua realização, dando-se a partir a importância de se entender o que levou a camponeses desistirem de sua terra, e de certa forma esse fato afeta o patrimônio cultural local.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O principal objetivo deste trabalho foi produzir uma pesquisa social e histórica, que possibilite abrir espaços de compreensão dos impactos que grandes empresas do agronegócio tiveram sobre os camponeses da região do Vale do Açu.

Os conhecimentos acumulados e as descobertas resultantes do trabalho têm permitido aos pesquisadores a construção de uma História Local a partir das visões de segmentos sociais tradicionalmente marginalizados pelas políticas públicas voltadas prioritariamente aos interesses capitalistas, que muitas vezes na busca exclusiva do lucro, provocam impactos nocivos ao meio ambiente e às famílias que residem nas regiões que se instalam, como no caso do Vale do Açu.

Assim, podemos analisar e demonstrar os efeitos da chegada do agronegócio na região do Vale do Açu, identificando as mudanças na configuração social, ambiental, cultural econômica do local, possibilitando a compreensão de que não só camponeses e proprietários rurais, mas também de como a população de um modo geral foi afetada, trazendo, com isso, alterações nas características tradicionais do vale.

As análises dessas mudanças se constituem em produções historiográficas que valorizam a História local, permitindo estímulos ao conhecimento e o pensamento crítico nos jovens, conscientizando-os de aspectos históricos, sociais, culturais e econômicos de sua realidade.

Outro importante resultado é o uso da pesquisa para incentivar o ensino de História local no IFRN-Ipangaçu, além da constituição de um acervo ou repositório da História local e regional. Com conhecimento a respeito dos processos citados a cima ampliamos as possibilidades de conhecimento histórico e a disseminação de conhecimento sobre grupos

sociais normalmente desprivilegiados e uma melhor compreensão por parte dos alunos da realidade na qual estão inseridos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBANO, Glaydson Pereira. **Globalização da Agricultura e concentração fundiária no município de Ipanguaçu-RN**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

BRAGA, Célia Maria Leal. A etnometodologia como recurso metodológico na análise sociológica. **Ci. Cult.** v.40, n.10, p.957-66, out., 1988.

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História – Novas Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992. CAMACHO, Rodrigo Simão. **A histórica concentração fundiária do Brasil: Estudo de caso do município de Paulicéia/SP**. Paraná: UNIOESTE, 2011.

CARVALHO, Joelson Gonçalves. **Agricultura e questão agrária no Brasil – Condicionantes estruturais da concentração fundiária**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2010.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Um Lugar na Escola para a História Local**. Recife: ANPUH (texto mimeografado), 1995.

HERSKOVITS, Melville Jean. **Antropologia cultural: o homem e seu trabalho**. São Paulo: Mestre Jou, 1963.

LAPLANTINE, François. **A descrição etnográfica**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 9 ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1997.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**. São Paulo: UNESP, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1992.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **História Regional e Local no Brasil: fontes e métodos da pesquisa histórica regional e local**. Feira de Santana/ Salvador, UEFS: ed. Arcádia, 2002.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo Sul: Terra, Homens, Economia e Poder no Século XIX.** Salvador: UNEB, 2003. SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente.** Perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Aldenos Gomes da. **Nova Fase do Sindicalismo: Os Trabalhadores do Poló Agroindústria do Açúcar – RN.** Natal: UFRN, 1997.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1987.